

Força Aérea vai fazer operação de abastecimento à ilha das Flores

O Governo dos Açores enviou ontem uma nota ao nosso jornal, em resposta a declarações da oposição:

“O Governo dos Açores, face ao inqualificável aproveitamento político que se está a assistir, com uma gravíssima conduta de desinformação premeditada por parte do maior partido da oposição, esclarece o seguinte:

1) No dia 20 de Janeiro, já tendo conhecimento das condições meteorológicas que se previam para o Grupo Ocidental nos dias subsequentes, a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas emitiu uma nota pública, informando das dificuldades de operação e abastecimento às ilhas do Corvo e das Flores. Nessa nota ficou explícita a situação das três embarcações envolvidas – navio Thor B, navio São Jorge e navio Margarethe;

2) Na Quarta-feira, dia 22 de Janeiro, perante alguma melhoria das condições meteorológicas, conforme estava previsto e referido na nota pública, foi possível conduzir algumas operações de abastecimento. Nessas operações, foi dada prioridade aos navios Thor B e São Jorge, considerando as necessidades de combustível nas Flores e, em particular, no Corvo, com a ameaça de iminente rutura de ‘stock’. Devido ao tempo prolongado das operações desses dois navios, seria inviável a operação do navio Margarethe nesse mesmo



dia.

3) Conforme foi explicitado na nota pública de 20 de Janeiro, as dificuldades de abastecimento da ilha das Flores não se devem apenas ao estado do mar e à ondulação nesta ilha, mas também no trajeto entre São Miguel ou Faial e as Flores, que condicionam e colocam em causa a segurança da embarcação e da respetiva carga.

4) A não deslocalização do navio Margarethe para a ilha do Faial, para além de condicionada pelo estado do mar no trajeto (que inviabilizou igualmente a deslocação de um rebocador da Horta para Ponta Delgada), tam-

bém está limitada por animais vivos incluídos na carga, situação incompatível com a inviabilidade de descarga e de eventual permanência prolongada no porto da Horta.

5) Apesar de efetuadas com sucesso, as operações do navio Thor B nas Flores, na Quarta-feira, 22 de Janeiro, foram significativamente condicionadas durante a manhã, antes de sair para o Corvo, e só foram possíveis ao fim da tarde, depois do regresso do Corvo, pela mobilização e atuação diligente de todas as entidades envolvidas, dadas as severas previsões meteorológicas e o risco associado.

6) O Governo dos Açores já enceu-teu várias diligências no sentido de assegurar soluções alternativas para o abastecimento da ilha das Flores, inclusivamente acionando os meios da Força Aérea Portuguesa para transporte de bens de primeira necessidade por via aérea, que será realizado amanhã, dia 24 de Janeiro, se verificarem as condições para a operação.

7) As previsões meteorológicas para os próximos dias mantêm-se altamente limitadoras da operação marítimo-portuária, como é aliás evidente pelo Alerta Meteorológico 21/2025, emitido pelo Instituto Português do Mar e Atmosfera, continuando a condicionar o abastecimento à ilha das Flores, pelo menos até à próxima Terça-feira, e em dias posteriores novamente.

8) O Governo dos Açores mantém e manterá um acompanhamento permanente da situação e a uma interação colaborante e diligente junto de todos os parceiros públicos e privados, no sentido de assegurar o abastecimento da ilha das Flores assim que se verificarem as condições mínimas para o efeito.

9) O Governo dos Açores lamenta, contudo, a encenação política que está a ser feita pelo PS, quando está em causa uma matéria tão delicada como o abastecimento da população e uma matéria tão incontornável como as condições meteorológicas”.

Fundo dos Transportes Terrestres estuda alternativa à substituição da Prevenção Rodoviária Açoriana

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, enalteceu ontem “o serviço meritório” prestado pela Prevenção Rodoviária Açoriana (PRA), que acaba de cessar a sua atividade.

“Sendo uma associação de direito privado, a PRA foi sempre um parceiro ativo e colaborante dos vários Governos dos Açores nas práticas comunicacionais e formativas relativas à prevenção rodoviária, funcionando, ainda, como um elemento aglutinador e mobilizador, e contando com um apoio público há vários anos para desenvolver estas atividades”, afirma a governante.

“A crescente exigência legislativa

e regulatória de atribuição de subvenções públicas impõe a todos os agentes, da Administração Pública e das associações beneficiárias, uma evolução do rigor das práticas processuais e administrativas, que são alvo do escrutínio fiscalizador do Tribunal de Contas, mas que, em muitos casos, dada a natureza e a estrutura organizacional destas associações, que dispõem de limitados recursos (humanos, financeiros e logísticos), é de difícil cumprimento integral”, acrescenta.

“Recorde-se, por exemplo, que o Tribunal de Contas recomendou ao Governo dos Açores que preveja, nos instrumentos normativos que regu-

lam a atribuição de subvenções específicas, a fixação de metas e a forma da respetiva avaliação, e promova a fiscalização do cumprimento das exigências de avaliação de resultados para efeitos de atribuição de subvenções”, lembra Berta Cabral.

O Governo dos Açores diz que “desenvolveu vários esforços, em diferentes momentos do tempo, em articulação com o Fundo de Transportes Terrestres (FRTT), para estimular a viabilização da atividade da PRA, incluindo através de uma revisão, em 2023, dos termos do protocolo estabelecido, há longos anos, entre o FRTT e a PRA para a atribuição de um apoio público”. Face à decisão agora anun-

ciada, a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas dá nota pública de que o Fundo Regional dos Transportes Terrestres “já se encontra, de forma preventiva, há algum tempo, a estudar alternativas à atividade prestada pela PRA, nomeadamente ao nível da formação de jovens ciclomotoristas”. O Governo dos Açores “agradece o serviço prestado e a qualidade que sempre foi reconhecida à atividade da PRA, reforçando o compromisso de apresentar alternativas e zelar, em qualquer circunstância, pela aplicação integral de todas as boas práticas e exigências regulatórias no que concerne à gestão dos recursos públicos”.

Concurso para construção de 17 moradias em S. Vicente

A Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego lançou um concurso público para construção de 17 moradias no concelho de Ponta Delgada, pelo valor de 3,1 milhões de euros (ME)

O concurso publicado no Jornal Oficial destina-se à construção de 17 moradias unifamiliares nos lotes 6 a 22 do loteamento de São Vicente

Ferreira.

De acordo com a publicação do Governo Regional dos Açores, a empreitada inclui “trabalhos de construção de 17 habitações unifamiliares, incluindo movimentos de terras, execução de estruturas, coberturas, isolamentos e impermeabilizações, alvenarias e divisórias, revestimento de paredes, tetos e pavimentos, cantarias, vãos exterior-

res, equipamento sanitário e acessórios, carpintarias, pinturas, redes de águas e esgotos, instalações elétricas e de telecomunicações (ITED), rede de gás e arranjos exteriores”.

O prazo para apresentação das propostas decorre até às 23:59 do 36.º dia a contar da data de publicação do anúncio e o prazo de execução é de 450 dias.

Segundo o anúncio, a adjudicação será feita à proposta “economicamente mais vantajosa”.

A empreitada de construção de 17 moradias unifamiliares no loteamento de São Vicente Ferreira, no concelho de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, é executada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).